



## **APROVEITAMENTO DE MATERIAL LENHOSO DESVITALIZADO POR CAUSAS NATURAIS COMO FERRAMENTA PRÓ-SUSTENTABILIDADE**

NOVAES1\*, Gabriel <sup>1</sup>Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Departamento de Ciências Biológicas, Jequié, BA. \*gabrielfulano@gmail.com;

RIBEIRO1, Valéria; FERNANDES1, Alanna; FONTES1, Bruno; CARVALHO1, Luana; ANJOS1, Tayla; BORGES1, Paulo O. <sup>1</sup>Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Departamento de Ciências Biológicas, Jequié, BA.

### **INTRODUÇÃO**

A Mata Atlântica é uma região com elevada biodiversidade, abrigando mais de 20 mil espécies de plantas, além de milhares de vertebrados ameaçados (Fundação SOS Mata Atlântica, 2009). Ocupava originalmente uma área de 1,35 milhões de km<sup>2</sup> mas foi reduzida a apenas 8% (Pinto *et al.* 2006) da área original com mais de 80% de seus remanescentes em propriedades privadas (Mesquita 2008). A derrubada da floresta para extração de madeira e pecuária são as maiores pressões sobre os remanescentes de Mata Atlântica (MA). A maioria dos pecuaristas não possui reserva legal em sua propriedade e as pastagens avançam sobre as áreas de preservação permanente (Batista *et al.* 2006). Existe na Bahia uma forte cultura extrativista, herança dos tempos coloniais, quando a mata dominava toda a faixa costeira e tinha de ser desbravada para consolidar fazendas, vilas e cidades (Batista *et al.* 2006). Até a década de 1970, 47% de toda a produção de madeira em tora no país provinha da MA (RMA, ISA 2001). Apesar da exploração madeireira ter sido proibida, continua ocorrendo de forma clandestina (Batista *et al.* 2006; FAO, 2006). Existem alternativas viáveis para explorar os recursos com menor impacto ambiental, através do manejo florestal (Herrera, 2006) e o aproveitamento de material desvitalizado pode ser uma delas.

### **OBJETIVOS**

O objetivo deste trabalho foi quantificar árvores mortas ao longo de duas trilhas do Parque Estadual Serra do Conduru (PESC), calcular o volume de madeira, identificar algumas espécies e discutir a utilização deste material para usos nas propriedades rurais em geral, reduzindo a necessidade de compra e aumentando a sustentabilidade das propriedades.

### **MATERIAL E MÉTODOS**

A coleta de dados foi realizada em junho de 2012, numa área de Mata Atlântica, dentro do PESC, município Uruçuca, BA. Árvores mortas foram contadas ao longo de duas trilhas, e tiveram a Circunferência na Altura do Peito (CAP) e o comprimento dos troncos medidos com trena. Com estes dados calculamos a quantidade de madeira em cada árvore. Amostras de madeira foram coletadas das plantas com CAP > 50 cm que estavam em bom estado de conservação para identificação com auxílio da literatura (Lorenzi 2002).

### **RESULTADOS**

No total, foram contabilizadas 180 árvores, das quais 59 tiveram seus parâmetros mensurados, sendo 42 com CAP > 50 cm e 17 com CAP < 50 cm. Oito amostras foram identificadas até o nível de espécie, totalizando sete

espécies. Duas amostras eram de *Sparattosperma leucanthum*, mas também foram encontradas outras espécies de interesse econômico como Cedro (*Cedrella fissilis*), Caixeta (*Alchornea triplinervia*) e Jatobá (*Peltogyne angustiflora*), entre outras, totalizando 39,26 m<sup>3</sup> de madeira. Todas as espécies identificadas são típicas da MA e possuem diversas utilidades (construção de vigas, moirões, compensados, pontes, postes, móveis etc). Extrapolamos os valores médios dessa amostra para as 138 árvores de CAP < 50 cm encontradas. Verificamos que seria possível fazer cerca de 490 moirões com raio de 4,6 cm e comprimento 1,5 m, o suficiente para construir mais de 1km de cerca.

## DISCUSSÃO

A Instrução Normativa nº03/2008 (Bahia 2008) dispõe sobre o aproveitamento do material lenhoso desvitalizado seco, em pé ou caído, em função de causas naturais proveniente de vegetação nativa. Essa normativa limita o uso anual a 30 unidades ou 18 m<sup>3</sup> de madeira. O limite tem o intuito de evitar alterações na ciclagem de nutrientes. Porém, esse limite universal pode estar em desacordo com o real potencial de aproveitamento, já que na área estudada contabilizamos mais de 39m<sup>3</sup> de madeira. No Paraná estas normas são diferenciadas para espécies nativas ameaçadas e não ameaçadas de extinção (IBAMA, SEMA, IAP 2008), assim como na Bahia (Bahia 2008). Seria mais adequado estabelecer normativas baseadas na produtividade e ciclagem de nutrientes em cada bioma. Este tipo de manejo florestal pode ser concretizado como alternativa para os proprietários de áreas florestais, por estimular a conservação dos recursos naturais, estimulando a desaceleração do processo de degradação fomentando melhor aproveitamento dos produtos florestais de maneira a aperfeiçoar o potencial de cada área num contexto sócio-econômico (Herrera 2006). Medidas de compensação poderiam ser utilizadas para manter a fertilidade das florestas visando substituir a matéria orgânica retirada. A utilização da madeira desvitalizada em pequenas propriedades pode estimular a manutenção das áreas de preservação e aumentar a sustentabilidade dos empreendimentos rurais. A redução da demanda pode ter significativos impactos no comércio ilegal de madeira que hoje atinge cerca de 90% da madeira extraída (PNUMA, 2012).

## CONCLUSÃO

O aproveitamento de material lenhoso oriundo da dinâmica natural da floresta é importante para complementar o manejo florestal, pois provê matéria-prima de baixo custo com reduzido impacto ecológico, tornando as propriedades mais sustentáveis e promovendo a mudança na visão de que as áreas de preservação seriam áreas inúteis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. 2008. Secretaria do Meio Ambiente. Instrução normativa nº 03 de 12 de setembro de 2008, Diretrizes para o aproveitamento do material lenhoso desvitalizado seco em pé ou caído em função de causas naturais. Diário Oficial do Estado.

BATISTA, M. A. ; TIMMERS, J. F. ; CUNHA, R. P. P. 2006. Os Estados da Mata Atlântica - Bahia. In: Maura Campanili; Miriam Prochnow. (Org.). Mata Atlântica - Uma rede pela floresta. Brasília: Rede de Ongs da Mata Atlântica, p. 129-141. FAO. 2006. Global Forest Resources Assessment 2005. Roma. Fundação SOS Mata Atlântica. 2009. Relatório de Atividades 2009. Disponível em: < <http://www.sosma.org.br/>> Acesso em: 28 de jun. de 2012.

HERRERA, J. A. 2006. Manejo Florestal Comunitário: novo caminho para os usos e valores dos recursos florestais. A experiência da Comunidade Juçara na ResEx “Verde para Sempre” em Porto de Moz – Pará. Laboratório Agroecológico da Transamazônica –

LAET. IBAMA, SEMA, IAP. 2008. Resolução conjunta IBAMA/SEMA/IAP Nº 007 de 18 de abril de 2008. Regulamenta a exploração eventual de espécies arbóreas nativas em remanescentes de vegetação nativa do Bioma

Mata Atlântica, em ambientes agropastoril e em áreas urbanas. Curitiba.

LORENZI, H. 2002. Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Plantarum, Rio de Janeiro.

MESQUITA, C.A.B. 2008. Diálogo Florestal: uma ferramenta a serviço da conservação em terras privadas. In: Mesquita C.A.B. & Vieira, M.C.W. (Orgs.). Memórias do VIII Congresso Interamericano de Conservação em Terras Privadas. Confederação Nacional de RPPN, 355p.

PINTO, L. P.; BEDÊ, L.; PAESE, A.; FONSECA, M.; PAGLIA, A.; LAMAS, I. 2006. Mata Atlântica Brasileira: os desafios para conservação da biodiversidade de um hotspot mundial. In *Biologia da Conservação: Essências*. RiMa, São Carlos. p. 91-118

PNUMA – ONU, 2012. Organized crime trade worth over US\$30 Billion responsible for up 90% of tropical deforestation. Disponível em: RMA (Rede de ONGS da Mata Atlântica), ISA (Instituto Socioambiental). 2001. Dossiê Mata Atlântica 2001. Org. João Paulo R. Capobianco.